



A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA NA ESCOLA MUNICIPAL PROFESSORA MARIA FRANCINETE GONÇAVES MAIA

Barbara Ellen Rebouças Cunha ¹

RESUMO

Este artigo é fruto de uma pesquisa vivenciada na Escola Municipal Professora Maria Francinete Gonçalves Maia, localizada em Parnamirim-RN, objetiva apresentar uma análise sobre a participação política dos membros da rede pública municipal de ensino na cidade de Parnamirim/RN. Circunscrevemos o nosso objeto de estudo a Escola Municipal Professora Maria Francinete Gonçalves Maia, tendo como objetivo principal identificar a participação política e escolar em Parnamirim, Rio Grande do Norte, que estão em consonância com o art. 14 da Lei nº 9.394/96 – Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96). A fim de identificar as narrativas e práticas desta escola para tecer análise comparativa e juízo crítico acerca da natureza dos comportamentos identificados foi partindo dessa premissa que assumimos o Materialismo Histórico e Dialético como método científico. No que diz respeito a metodologia realizamos entrevistas livre conversacional com os gestores, professores, pais, alunos e funcionários; nos debruçamos sobre a literatura produzida acerca da Gestão Democrática e sobre Participação Política, e acessamos os documentos da escola como: projeto pedagógico das escolas e o regimento interno. Tratados os dados nossa análise concluiu que as relações sociais na gestão escolar ocorrem de forma diversa da recomendada pela legislação, pois o estudo detectou uma participação política pautada no gerencialismo e que contraria os princípios da gestão democrática.

Palavras-chave: Participação Política, Gestão democrática, Educação.

INTRODUÇÃO

O presente artigo é resultado das análises apreendidas por meio da execução da P Atividade Especial Coletiva Estágio Supervisionado de Formação de Professores II, componente curricular obrigatório do Curso de Pedagogia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), financiada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Este estudo é uma produção da Linha de Pesquisa Educação, Política e Práxis Educativa vinculada ao Pós-Graduação em Educação da UFRN.

A Atividade Especial Coletiva Estágio Supervisionado de Formação de Professores II tem como objetivos: estabelecer relações entre os estudos que realizamos sobre o processo de formação acadêmica na prática pedagógica na escola; e, identificar aspectos da organização

¹Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Graduanda em Pedagogia pela UFRN. Mestranda em Educação pela UFRN. Bolsista CAPES. E-mail: barbara_rc@hotmail.com.



do espaço, do tempo, atividades pedagógicas e intervenções docentes relativos ao ensino-aprendizado no Ensino Fundamental I.

O presente artigo traz em seu pleito a experiência vivenciada na Escola Municipal Professora Maria Francinete Gonçalves Maia, localizada em Parnamirim-RN, durante quarentas horas, divididas em doze dias. O Estágio Supervisionado na formação de professores é de suma importância, pois poderá possibilitar uma aproximação com a realidade e uma reflexão sobre as experiências. Durante o estágio supervisionado cria-se uma relação de unidade entre a teoria e a prática que dá uma grande base para a formação de professor. Nesta perspectiva, segundo Piconez (2012) a relação teoria-prática deve estar baseada em uma relação dialógica “essa unidade situa-se no centro em que a teoria é determinada pelo conhecimento preciso da prática e no qual, em contrapartida, a teoria determina com mais rigor sua experiência.”

O discente que vai a campo precisa estar munido de conhecimento para entender e refletir sobre a vivência escolar. É necessária uma visão de pesquisador, pois o futuro professor irá se deparar com instrumentos, execuções de atividade e relações de poder da instituição escolar, que muitas vezes não são vistos no mundo das teorias, ou melhor, nas salas de aula da universidade. Por isto, o futuro professor deve-se vestir de pesquisador, assumindo este papel, tendo sempre uma ação reflexiva sobre a prática docente, seja no período de estágio ou em sua vida pós-formação inicial. Possuindo sempre em mente, que toda ação é política e por isso deve ser refletida.

Neste sentido, a partir da experiência vivenciada no estágio surgiu a inquietação sobre a participação política da Escola Municipal Professora Maria Francinete Gonçalves Maia, pois a minha experiência como pesquisadora e mestranda na Linha de Pesquisa Educação, Política e Práxis Educativa vinculada ao Pós-Graduação em Educação da UFRN aguçou o meu olhar para refletir sobre as diversas situações que vivenciei na escola que perpassam a Gestão Democrática.

O reconhecimento da necessidade de se realizar essa pesquisa, sucedeu a partir das falas de funcionários e professores, cujas experiências com a gestão escolar apresentavam diversos modelos, geralmente distanciando-se do ideal de gestão democrática. Essa provocação despertou a necessidade de buscar compreender se o efetivo propósito do art. 14 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.694/96 (LDB/96), que prescreve a imprescindibilidade da existência de uma escola democrática nas redes públicas de ensino nacionais.



Com a finalidade de fazer uma análise comparativa do texto da lei junto as narrativas e as práticas dos membros dessa escola, foi empreendida uma pesquisa que objetivaram ampliar a compreensão sobre as narrativas de gestores, professores, pais, alunos e todos os envolvidos no universo escolar, como também, buscou-se conhecer as práticas político-administrativas e pedagógicas vinculadas de participação política. O intuito foi, afinal, conhecer e compreender as práticas e discursos empreendidos pelos gestores, professores, pais, alunos e funcionários, dessa forma, identificar e problematizar a maneira como a gestão escolar acontece na Escola Municipal Professora Maria Francinete Gonçalves Maia.

METODOLOGIA

Os caminhos pelos quais a pesquisa caminha até produzir a ciência. Reconhecer o caráter problematizador da metodologia denota a sapiência que nem tudo em ciência é discutível, sobretudo nas ciências sociais. Não existe teoria final, prova cabal, prática intocável, dado evidente. Isso é antes uma característica do que uma fraqueza, motivo pelo qual existe a necessidade interminável da pesquisa; seja porque nunca se esgota a realidade, seja porque os meios de tratá-la podem ser sempre questionados (DEMO, 1995, p. 11).

A pesquisa científica, por sua vez, é reconhecida como alicerce fundamental da vida acadêmica. Como a realidade social não é evidente, nem se dá à luz com facilidade, sendo muito diferente o que aparece a priori do que encontramos nas profundezas, pesquisar necessita de método. Mesmo que seja meramente instrumental, é indispensável sob vários motivos: por um lado, para transmitir marcas de racionalidade e organização; por outro, para garantir espírito crítico contra credices e generalizações indiscriminadas, pois exige do pesquisador uma ação argumentativa sólida; e ainda para permitir criatividade, ajudando a explorar novas formas de ver o mundo (DEMO, 1995, p. 12)

Iniciamos o processo de pesquisa com um estudo detalhado da legislação e dos referenciais bibliográficos produzidos que analisam a participação política e gestão escolar democrática, procurando identificar quais são os paradigmas de gestão presentes na administração escolar brasileira, sempre considerando como parâmetro os aspectos previstos no art. 14 da LDB/96. O artigo incorporou um arcabouço teórico e bibliográfico pertinentes ao assunto, cujas concepções presentes nas obras sobre gestão escolar democrática e cultura de participação política foram incorporadas ao nosso estudo. Essa revisão bibliográfica sistematizada proporcionou uma visão holística sobre o estado da arte da literatura que discute



de forma, diversa e científica, a compreensão conceitual de gestão democrática e da cultura de participação política.

Pensar sobre a participação política dos membros da escola na gestão democrática como objeto de estudo, envolve *escolhas metodológicas* que possibilitem perceber totalidades dessa relação em contextos específicos. Assim sendo, o método mais adequado para esta inquirição é o materialismo histórico-dialético, pois esta abordagem se digna a adentrar no mundo dos fenômenos através da ação recíproca, da contraposição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que acontece na natureza e na sociedade. Karl Marx, um dos precursores desse método, toma como base a dialética Hegeliana, que assumia a existência de um movimento de contrários no âmbito das ideias, e sustenta que esse atrito ocorre nas condições reais, materiais e sociais da vida do homem (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 100).

O mundo é um conjunto de processos. Nesse caso, as coisas não podem ser analisadas na qualidade de objetos fixos, mas em contínuo movimento. O movimento de transformação ou desenvolvimento do saber científico opera-se por meio de contradições ou mediante a negação de uma coisa sobre a outra. Essa negação refere-se à transformação das coisas em seus contrários. As mudanças das coisas na concepção dialética não podem ocorrer solitariamente sobre a forma quantitativa, pois aquelas irão se transformar em certo momento em qualidade, como tem ocorrido com as mudanças no desenvolvimento da sociedade capitalista industrial. Portanto, reconhecer que toda realidade é movimento e que todo movimento é realidade, e que o movimento sendo universal assume as formas quantitativa e qualitativa interligadas entre si e que se transformam uma na outra é um princípio da dialética marxista (LAKATOS; MARCONI, op. cit., pp. 101-109).

A jornada metodológica que este trabalho trilhará prevê o uso de várias técnicas e procedimentos de pesquisa, tais como (a) *análise documental*, (b) *revisão bibliográfica* e (c) *entrevista livre conversacional*.

A técnica da análise documental é de vital importância para a pesquisa, pois, normalmente é o primeiro contato do pesquisador com os escritos acerca do tema. É a chamada pesquisa em fontes primárias. Assim, serão analisadas e esmiuçadas a leis federais, tais como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, nº. 9.394/96, e a Lei nº 13.005/2014, que aprovou o Plano Nacional de Educação.

Para o adequado caminho científico, é igualmente importante que esse trabalho lance mão da técnica de pesquisa denominada revisão bibliográfica, pois esse procedimento tem a finalidade de angariar todo o desenvolvimento teórico e doutrinário acerca de temas como a



Gestão Democrática e Participação Política. Será empreendido um verdadeiro escrutínio na produção bibliográfica nacional e estrangeira acerca dos temas aludidos.

Durante o levantamento bibliográfico, alguns autores foram identificados como imprescindíveis para a realização deste artigo. Entre os autores consultados para assuntos relativos à Gestão Democrática e a Cultura de Participação Política, pode-se elencar Paro (1987, 1996, 2002); Veiga (1997); Libâneo (2001); Bourdignon (2005). Já a bibliografia acerca da Participação Política é formada por Dallari (1984), Bordenave (1994).

A técnica de pesquisa deste trabalho será complementada através do uso de entrevistas livre conversacional, nas quais foram entrevistados os professores, funcionários, pais, alunos e gestores, com o objetivo de analisar, a partir das respostas obtidas, se aquele entrevistado tem participação junto a gestão escolar.

Este trabalho usou o materialismo histórico-dialético, por meio das técnicas de pesquisa acima relatadas, para compreender a contradição entre a cultura de participação política escolar e as teorias de participação política conhecidas. Os dados gerados por esse movimento de coleta foram analisados à luz das discussões e teorias empreendidas na primeira etapa do estudo, conforme podemos observar nas reflexões desenvolvidas a seguir.

REFERENCIAL TEÓRICO

A gestão democrática do ensino público brasileiro é um dos assuntos mais latentes na área educacional. Tanta é sua importância que esse princípio está positivado na Constituição Federal de 1988: “Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: (...) VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei”.

O legislador infraconstitucional também contemplou os preceitos da gestão democrática. Com o propósito de garantir o princípio constitucional, complementou o arcabouço jurídico que ampara os princípios democráticos da gestão da educação através da aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, nº 9.394/96. Esta traz, em seu corpo, contribuição primordial:

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996)



Outra grande inovação na governança democrática da educação veio através da aprovação do Plano Nacional de Educação - PNE, Lei nº 13.005/2014, cuja Meta 19 estabelece prazo para efetivação da gestão democrática do ensino, *ipsis litteris*:

Meta 19: assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto. (BRASIL, 2014)

O PNE foi, indubitavelmente, o impulso necessário para que os municípios despertassem para a necessidade de aprovação de legislação para regulamentar a Gestão Democrática da educação pública.

Dada a relativa novidade e relevância do tema, é salutar que a academia se debruce sobre os problemas advindos da implantação da Gestão Democrática, pois essa era uma reivindicação histórica da comunidade da educação (PARO, 1987). Assim sendo, este tema é muito caro para aqueles que desejam uma escola pública inclusiva e transformadora. Portanto, é necessário que a pesquisa científica na área educacional se preste a analisar possíveis falhas no processo de efetivação da Gestão Democrática. É por essa razão que este trabalho está sendo proposto.

A gestão democrática exige a compreensão em profundidade dos problemas postos pela prática pedagógica. Ela visa romper com a separação entre concepção e execução, entre o pensar e o fazer, entre a teoria e a prática. Busca resgatar o controle do processo e do produto do trabalho pelos educadores (VEIGA, 1997, p.18).

Os elementos apresentados por Veiga (1997) assumem uma compreensão segundo a qual o trabalho educativo desenvolvido – nas dimensões política e administrativo-pedagógico – no âmbito da gestão escolar deve ser assumido pelos trabalhadores e usuários da escola pública numa direção em que é necessário trabalhar no sentido de democratização da escola pública. Este processo passa, necessariamente, pelas questões que envolvem a gestão democrática, a participação da comunidade e a atuação do Conselho Escolar no âmbito da gestão escolar e da prática administrativo-pedagógica produzida pelo coletivo. Um entendimento político e pedagógico sobre esses temas é fundamental para que se materialize uma gestão democrática que possibilite o aprendizado das crianças, jovens e adultos na escola pública.



A concretização da gestão escolar democrática propicia o atendimento da função social da escola pública na direção em que se constroem conhecimentos, atitudes e valores que tornem o estudante solidário, crítico ético e participativo, na “preparação do cidadão para sua inserção na sociedade, na qual viverá como cidadão e como profissional de alguma área da atividade humana” (MORRETO, 2005, p. 73).

Neste sentido, a cultura de participação política compreende que quanto mais consciente a ação participativa, maiores são as possibilidades de construirmos uma educação inclusiva, democrática e de qualidade social para todos os brasileiros. Depreende-se, pois, que a gestão democrática é importante não só para os gestores da escola, uma vez que deve também ser discutida, compreendida e exercida pelos estudantes, funcionários, professores, pais ou responsáveis e comunidade. Afinal, como bem explica Vitor Henrique Paro (1987, p. 51),

Toda vez que se propõe uma gestão democrática da escola pública (...) que tenha uma efetiva participação de pais, educadores, alunos e funcionários da escola, isso acaba sendo considerado como coisa utópica. (...) A palavra utópica significa o lugar que não existe. Não quer dizer que não possa vir a existir. Na medida em que não existe, mas ao mesmo tempo se coloca como algo de valor, algo desejável (...), a tarefa deve consistir, inicialmente, em tomar consciência das condições concretas, ou das contradições concretas, que apontam para a viabilidade de um projeto de democratização das relações no interior da escola.

Para a concretização dos direitos sociais, é necessária que a participação política de todos. A participação política, não deveria, portanto, ser descomprometida ou proforma, sobretudo porque esse comportamento distante contraria as expectativas teóricas da participação política do homem, gerando obstáculos à concretização da democratização da gestão nas escolas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A realização das atividades de estágio supervisionado em Gestão e Coordenação Pedagógica se deu na Escola Municipal Maria Francinete Gonçalves Maia. A instituição está localizada na Rua Mahatma Gandhi, S/N, CEP 59150-000, bairro de Nova Parnamirim, município de Parnamirim, região metropolitana da cidade de Natal, no Rio Grande do Norte. Funcionando sob o CNPJ nº 20299309/0001-31 e código do INEP 24083399, a escola foi construída no ano de 2009, e atende, atualmente, os níveis do Ensino Fundamental I e II e a modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA).



No que tange ao corpo de funcionários, a escola conta com cerca de 40 profissionais, dentre eles professores, porteiros, terceirizados e gestores. Em relação ao turno matutino, há três contratados que desenvolvem as atividades de limpeza e preparação dos alimentos e um outro na função de porteiro; no corpo docente, quatorze profissionais atuam pela manhã, sendo dez pedagogas, um professor de Artes, uma professora de Educação Física, um professor de Ensino Religioso e ainda uma professora que realiza atividades de mediação de leitura no espaço da Biblioteca Escolar/Sala de Leitura.

A gestão da escola conta com duas diretoras – uma nos turnos matutino e vespertino e uma outra à noite – e três coordenadoras – distribuídas nos três horários de funcionamento. Durante a manhã, a coordenadora, já em atuação nessa função há dois anos, desenvolve atividades de cunho pedagógico e financeiro e conta ainda com o auxílio de um segundo funcionário para a parte informacional e uma segunda funcionária que trabalha na secretaria da escola.

Em síntese, a escola é ampla, ofertando um extenso número de matrículas e diferentes etapas da educação básica, além da modalidade da EJA. O corpo de funcionários é igualmente extenso e a gestão é bem distribuída, contando com um coordenador para cada turno de funcionamento e funcionários adjacentes para auxiliar no desenvolvimento das atividades administrativas.

Há uma década de sua construção, a Escola Municipal Maria Francinete Gonçalves Maia só passou a funcionar de forma independente como instituição escolar no ano de 2011; anterior à isso, existiu por dois anos como prédio auxiliar de uma outra escola da rede municipal da região, a Escola Municipal Dr. Sadi Mendes. Na verdade, sua nomeação, Maria Francinete Gonçalves Maia, é em homenagem a uma funcionária da escola Sadi Mendes que falecera em 2009.

Em referência ao que já foi exposto na seção anterior, a oferta de matrículas compreende os níveis do Ensino Fundamental I e II e a modalidade da Educação de Jovens e Adultos, sendo cerca de seiscentos e oitenta alunos matriculados. Apesar de relativamente nova, a instituição empreendeu um positivo avanço no que tange a seus IDEB, que alavancou de 2,8 em seu primeiro ano para 3,9 em 2017, ultrapassando a meta estabelecida de 3,6.

Esse resultado exprime os bons resultados de aprendizagem da instituição que estão em escala crescente, apesar do histórico de alunos em situação de vulnerabilidade social e alguns outros casos de distorção idade-série, possuindo grande parte do quantitativo das turmas de 4ª e 5ª ano alfabetizadas. Além disso, a escola conta ainda com programas como o Mais Educação para reforçar as aprendizagens, especialmente nos campos do Português e



Matemática. Comparativamente a outras escolas municipais de Parnamirim, a instituição se encontra bem posicionada, especialmente no que tange a leitura e escrita.

Em relação a sua estrutura física, a instituição conta com um amplo espaço físico, comportando dez salas de aula, uma sala de direção e coordenação, uma sala de secretaria, uma sala dos professores, uma sala de leitura/biblioteca, uma sala de vídeo, três salas para guardar pertences, uma cozinha e duas dispensas, um refeitório, oito banheiros, sendo destes dois destinados para uso de professores e gestão e um outro para os funcionários de limpeza e demais funções, dois bebedouros, um pátio e uma quadra de esportes. Ainda assim, não disponibiliza espaços essenciais como sala de recursos multifuncionais para o atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais ou laboratórios de informática.

Ademais, no que tange a discussão da acessibilidade, o prédio da escola conta com rampas, corrimãos, banheiros/sanitários adaptados e pisos táteis. No entanto, como já exposto, não oferece um atendimento especializado com uma sala de recursos multifuncionais ou profissionais para trabalhar especificamente com os sujeitos com necessidades educacionais específicas.

Por fim, a escola conta com razoável disponibilização de materiais, sendo entregue aos alunos, ao início do ano letivo fardamento completo e caderno, além daqueles que são oferecidos em demais atividades desenvolvidas. Porém, o acesso a internet é restrito à administração escolar, assim como os computadores e impressoras (esses últimos que se encontram nas salas de coordenação e secretaria), estando disponível como recurso didático para desenvolvimento das aulas apenas uma televisão e um aparelho de DVD, não havendo retroprojetores.

Em conclusão, a escola ainda é nova, tendo recém completado uma década de existência, estando apenas há oito anos em funcionamento. Apesar disso, apresenta avanços positivos no que diz respeito à aprendizagem dos alunos, – ao menos nos primeiros anos do Ensino Fundamental, etapa a qual foi observada durante as atividades de estágio – mas ainda enfrenta problemas quanto a uma melhor oferta de espaços diversificados e disponibilização de materiais em funções de recursos pedagógicos.

O turno em que se deu a realização das atividades do estágio – matutino – oferta os anos iniciais do Ensino Fundamental, contando com dez turmas organizadas em classes A e B. Nesse horário de funcionamento, atuam, na gestão escolar, uma diretora e uma coordenadora que desenvolvem atividades de natureza pedagógica e financeira. Nesse sentido, com foco nas atividades observadas, isto é, de coordenação, volto-me às funções desenvolvidas pela profissional em cargo de Coordenadora Pedagógica.



A única servidora em atuação no referido cargo no horário de observação, desenvolve cotidianamente atividades pedagógicas, mas especialmente àquelas voltadas ao âmbito financeiro e as de cunho operacional da instituição. De modo mais específico, apesar de auxiliar as professoras das turmas na elaboração de seus planejamentos – mais precisamente no que tange a revisão/leitura desses – a coordenadora assume, em sua rotina, atribuições relacionadas ao financeiro, tais como checagem dos recursos, prestação de contas, entre outros, e ainda torna-se responsável pela resolução das problemáticas surgidas durante a rotina, como é o caso de disciplinamento de alunos mandados à direção por mau comportamento.

Portanto, diante do exposto, pode-se compreender que a atuação da coordenadora está voltada, precisamente, ao zelo quanto ao pleno funcionamento da escola no que tange a seus recursos, ao bom relacionamento entre os indivíduos nessa realidade inseridos, além do acompanhamento das atividades que são desenvolvidas dentro e fora das salas de aula. A instituição disponibilizou o PPP e o RI, ainda que desatualizados cronologicamente, mas o que, de fato, chamou atenção foi à falta de menção aos órgãos colegiados (Grêmios Estudantil e Conselho Escolar) nesses documentos. Quando questionada sobre a atuação do Conselho Escolar, a coordenadora foi enfática ao afirmar que o órgão era atuante e participativo nas tomadas de decisões. Porém, não existia um livro de atas das reuniões e quando questionada sobre isso, a coordenadora informou que era difícil organizar reuniões com os conselheiros e por este motivo as decisões que a gestão escolar precisava tomar era discutida com as gestoras e com a coordenação.

A administração escolar precisa caminhar ao lado dos preceitos de gestão democrática, segundo as leis que regulamentam a educação. A gestão da escola pública é um desafio para todos, pois, comumente, importamos modelos que vêm de empresas privadas, onde a autoridade e o comando vêm de cima para baixo, isto é, de maneira autocrática (PARO, 1987). Neste sentido, a escola pública deve seguir os preceitos democráticos na sua gestão, pois ela tem de prestigiar todos os envolvidos na administração da educação: professores, funcionários, pais ou responsáveis, alunos e a comunidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista dos elementos científicos observados e analisados na pesquisa, concluímos que existe um movimento intencional no sentido de implementar a gestão escolar democrática na Escola Municipal Professora Maria Francinete Gonçalves Maia, porém é dificultada, pela



permanência de práticas administrativas caracterizadas por modelos híbridos pautados nas concepções burocrática e gerencial, o qual importamos modelos que vêm de empresas privadas, onde a autoridade e o comando vêm de cima para baixo, isto é, de maneira autocrática (PARO, 1987).

A escola pública tem que dar voz e vez para todos os atores sociais envolvidos no processo educacional, pois é por meio da concretização dos princípios democráticos de gestão que a escola pública poderá satisfazer plenamente os anseios de todos os envolvidos na atividade-fim dessa instituição social, qual seja, o aprendizado universalizado e de qualidade, independente de classe social, raça ou gênero.

REFERÊNCIAS

- BORDENAVE, Juan E. D. **O que é participação?** São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BORDIGNON, Genuíno; GRACINDO, Regina Vinhaes. **Gestão da Educação: o Município e a Escola.** In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Ângela da S. *Gestão da Educação: Impasses, perspectivas e compromissos.* 4. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- BORDIGNON, Genuíno. **Gestão da educação no município: sistema, conselho e plano.** São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2009
- BORDIGNON, Genuíno. **Gestão democrática na educação.** Boletim 19. Ministério da Educação, Brasília,DF, 2005.
- BORDIGNON, Genuíno. **Conselhos Escolares: uma estratégia de gestão democrática da educação pública.** Brasília,DF: MEC,SEB, 2004.
- BRASIL. Casa Civil da Presidência República. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília/DF, 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao_compilado.htm>. Acesso em: 25 ago. 2020.
- _____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 9.394/96 de 20.12.1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília/DF, 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 25 ago. 2020.
- _____. Lei nº 13.005 de 25 de junho de 2014. Aprova o **Plano Nacional de Educação.** Brasília/DF, 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm>. Acesso em: 25 ago. 2020.
- DALLARI, Dalmo D'Abreu. **O que é participação política?** São Paulo: Brasiliense, 1984.
- DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais.** 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.



LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da Escola: teoria e prática**. 4.ed. Goiânia: Alternativa, 2001.

MORRETO, Vasco Pedro. Prova: um momento privilegiado de estudo, não um acerto de contas. 6. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

OBSERVATÓRIO DO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Meta 19 - Gestão**

Democrática. 2018. Disponível em < <http://www.observatoriodopne.org.br> >. Acesso em: 25 ago. 2020.

PARO, Vitor H. **A utopia da gestão escolar democrática**. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 60, pp. 51-53, fev. 1987.

_____, Vitor Henrique. **Eleição de diretores: a escola pública experimenta a democracia**. Campinas: Papirus, 1996.

_____, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2002.

VEIGA, Ilma P. A. **Projeto Político Pedagógico da escola: uma construção coletiva**. In:(Org.). Projeto Político Pedagógico: uma construção possível. 3. ed. Campinas: Papirus, 1997.